

TERRITÓRIOS E PERTENCIMENTO

TERRITORIES AND BELONGING

**André de Oliveira Torres Carrasco¹, Daniele Caron²,
Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima³, Igor Guatelli⁴,
Jorge Mario Jáuregui⁵, Paulo Afonso Rheingantz⁶,
Paolo Colosso⁷, Danielle Lima⁸, Eduardo Rocha⁹,
Isabella Khauam Maricatto¹⁰, Jordana Berchon¹¹,
Maitê Moreira¹², Paula Pedreira Del Fiol¹³ e Vanessa Konflanz¹⁴**

Apresentação

A 22ª Edição da Revista Pixo aborda a temática “Cidadania e Território”, conta com entrevistas que discorrem sobre a visão e experiência de sete profissionais da área. As entrevistas escritas, realizadas por e-mail, contaram com a colaboração de atuantes de diferentes estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo desse encontro discursivo foi compilar reflexões, conceituações e proposições práticas sobre a temática vigente. Para tanto, cinco perguntas foram enviadas para os entrevistados: 1 - O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”? 2 - Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista? 3 - Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”? 4 - Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”? E, por fim, a quinta pergunta - Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

Tenha uma excelente leitura!

Entrevistadoras

Danielle Lima, Maitê Moreira e Vanessa Konflanz

1 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pós-doutorado pela Universidade Federal de Pelotas.

2 Doutora em Urbanismo pela Universidad Politècnica da Catalunya.

3 Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas.

4 Doutor em filosofia moderna francesa FFLCH-USP, com pós-doutoramento pelo laboratório de Filosofia e Urbanismo GERPHAU ENSA (Ecole Nationale Supérieure D'Architecture) Paris.

5 Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-doutorado no City and Regional Planning Department, California Polytechnic State University, San Luis Obispo.

7 Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

8 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

9 Doutor em Arquitetura pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutorado na Università Roma Tre, Itália.

10 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo (PROGRAU/UFPel) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialização em Artes (PPGA/ UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UEL.

11 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo (PROGRAU/UFPel). Arquiteta e Urbanista pelo Centro Universitário Ritter dos Reis.

12 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

13 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo PROGRAU/UFPel. Arquiteta e Urbanista pela mesma universidade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

14 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.

Roteiro

Isabella Maricatto, Jordana Berchon, Paula Pedreira Del Fiol e Eduardo Rocha

Edição

Danielle Lima, Maitê Moreira, Vanessa Konflanz

Revisão

Isabella Maricatto, Jordana Berchon, Paula Pedreira Del Fiol

Entrevistados

André de Oliveira Torres Carrasco — Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Professor permanente do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Membro dos Grupos de Pesquisa CNPq “Cidade + Contemporaneidade” e “Grupo de Estudos de Urbanismo Contemporâneo”. Professor Substituto (2015) na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, instituição na qual também desenvolveu pesquisas de Pós Doutorado no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (2014-2015). Professor de Projeto Urbano e Projeto de Arquitetura da Cátedra Fernandez Castro na Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo da Universidad de Buenos Aires (2012-2013). Professor substituto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria-RS (2009-2011). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2011) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com tese defendida na área de concentração Projeto, Espaço e Cultura. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2005) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com dissertação defendida na área de concentração Estruturas Ambientais Urbanas. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2000).

Daniele Caron — Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Mestrado em Urbanismo pela Universidad Politècnica da Catalunya (2010). Doutorado em Urbanismo pela Universidad Politècnica da Catalunya (2017), com período sanduíche Programa de Pós Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010-2011) e no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014-2015). Docente e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e no PROPUR - linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É coordenadora do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Margem_Laboratório de narrativas urbanas desde 2019, pesquisadora do PAGUS - Laboratório da Paisagem (Instituto de Geociências - Departamento de Geografia) desde 2012, e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cidade [In] Pensada (2020), todos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é representante do PROPUR na RED DOCASUR - Rede de Doutorados em Arquitetura e Urbanismo de Universidades Públicas Sul-Americanas. Se dedica ao estudo da narrativa como perspectiva epistemológica para os estudos urbanos, entrecruzando diversas áreas de interesse: paisagem em uma abordagem crítica; gênero e interseccionalidades; lutas urbanas e práticas insurgentes; espaço público e territorialidades dissidentes. Atualmente coordena pesquisa com objetivo de investigar os argumentos que agenciam a dimensão pública da paisagem urbana de Porto Alegre/RS a partir de narrativas que se constituem à margem da produção urbana hegemônica da cidade. Tem experiência técnica na área de patrimônio histórico e cultural, projetos urbanos e planejamento urbano e regional.

Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima — Doutoranda em Artes Visuais, na linha de pesquisa de Poéticas Visuais - Linguagens e contextos de criação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAV/UFRGS). Mestra em Artes Visuais (2020), na linha de pesquisa Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano, pela Universidade Federal de Pelotas (PPGAVI/UFPel) com bolsa Capes. Especialista em Design Estratégico e bacharela em Arquitetura e Urbanismo (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bacharelada em História da Arte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi bolsista pelo programa UNIBRAL II/ CAPES/DAAD estudando Arquitetura e Urbanismo na Detmolder Schule für Architektur und Innenarchitektur, da Ostwestfalen-Lippe University of Applied Sciences (HS-OWL), em Detmold, na Alemanha (2012) e também na Sungkyunkwan University, em Seul, na Coreia do Sul, onde cursou Architectural Design and the Natural Environment, com bolsa cedida pela UNISINOS (2013). Participa dos projetos de pesquisa Lugares-livro: dimensões materiais e poéticas e Poéticas NO Espaço: investigações, proposições de formas de presença (CA/PPGAVI/UFPel), e Formas de pensar a escultura - Perdidos no Espaço (IA/PPGAV/UFRGS). Dedicada a pesquisa teórico-prática à palavra e à cidade, refletindo sobre a língua e a linguagem e a materializa por meio de impressos e publicações através da Editora Certerrada, um projeto editorial independente.

Igor Guatelli — Professor pesquisador adjunto da graduação e professor do PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisador Associado do Laboratório GERPHAU-ENSA Paris-La Villette e Université Paris 8. Autor do livro “Arquitetura dos entre-lugares - sobre a importância do trabalho conceitual”, Senac, 2012. Líder do grupo de pesquisa Cidade e Arquitetura e Filosofia, com pesquisas financiadas pela MSH-Paris Nord e Fundo Mackenzie de pesquisa. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1991), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1999), Doutor em filosofia moderna francesa [área de concentração Língua e Literatura Francesa] com o tema Arquitetura e Pós-estruturalismo francês - FFLCH-USP (2005) com pós-doutoramento (2011-2012) pelo laboratório de Filosofia e Urbanismo GERPHAU ENSA (Ecole Nationale Supérieure d'Architecture) Paris - La Villette, laboratório de “3o. cycle” vinculado à Université Paris VIII. Consultor Ad-Hoc FAPESP. Conhecimento nas áreas de teorias da Arquitetura e Urbanismo contemporâneos, novos processos de territorialização urbana, além de Projetos da Edificação. Atua, principalmente, nos seguintes temas: desconstrução, filosofia pós-estruturalista, condensadores urbanos, novos processos de territorialização.

Jorge Mario Jáuregui — Formou-se arquiteto pela Universidad Nacional de Rosario e arquiteto-urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Reside no Rio de Janeiro, Brasil, onde tem seu escritório. É Investigador Associado ao Laboratório de Morfologia da Universidad de Buenos Aires SICy T – FADU / UBA desde 2002. É professor convidado de numerosas faculdades de arquitetura na América Latina, Europa e EUA. Grande Prêmio da IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, Brasil, em 1999. Primeiro Prêmio de Investigação da II Bienal Ibero-americana de Santiago do Chile, em 2002. Expositor invitado da World Exhibition of Contemporary Art, 12 Documenta, Kassel, 2007. Trabalha no tema da habitação de interesse social e suas implicações urbanísticas, arquitetônicas e ambientais. Investiga sobre a qualificação das periferias urbanas, considerando as articulações entre Planejamento Estratégico e Desenho Urbano desde um ponto de vista prospectivo; sobre Genética Urbana, habitação evolutiva e ecogênese.

Paolo Colosso — Paolo Colosso é professor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde coordena o Programa de Pós-Graduação (ago 2020- jul 2022). Estudou na École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble(2004-2005), graduou-se em Arquitetura e

Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006). Tem graduação em Filosofia pela Unicamp (2012), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo(2015), onde desenvolveu também sua tese de doutoramento(2015-2019). Em 2018 realizou estágio supervisionado por Michael Löwy na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. É membro do grupo Teoria Urbana Crítica no Instituto de Estudos Avançados(IEA) da USP e do laboratório Indisciplinar da EA-UFGM. Autor do livro Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business(Annablume, 2017). Publica textos de situação e análises de conjuntura nos sites de Carta Capital, Outras Palavras e GGN-Luis Nassif. Junto à rede BrCidades, ganhou prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte, na categoria Urbanidade(2019). Trabalha com questões de produção social do espaço, Direito à Cidade, desenvolvimento urbano, movimentos sociais urbanos, gestão compartilhada e bens comuns.

Paulo Afonso Rheingantz — Arquiteto, Doutor em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Pós-doutorado no City and Regional Planning Department, California Polytechnic State University, San Luis Obispo. Professor Colaborador Voluntário do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro [nov 2012-atual] e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas [jul2019-dez2021]; Professor Visitante Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas [out2018 - jun2019]; Professor Visitante Nacional Senior/Capes do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas [out/2014-set2018]. Co-autor dos livros Projeto do Lugar (2002) O Lugar do Projeto (2007), Observando a Qualidade do Lugar (2009), O Lugar do Pátio Escolar no Sistema de Espaços Livres (2011), Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivo urbanos (2012), Projetos Complexos e Seus Impactos na Cidade e na Paisagem (2012), Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: modos de ser e viver as cidades (2016), Do Espaço Escolar ao Território Educativo: O Lugar da Arquitetura na conversa da Escola de Educação Integral com a cidade (2016). Temas de interesse: Ensino de Projeto de Arquitetura, Avaliação Pós-Ocupação e Qualidade do Lugar na perspectiva dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS). Bolsista produtividade 1D CNPq. Lidera o Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens.



André Carrasco

Revista Píxo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

André Carrasco: Se considerarmos a noção clássica de cidadania, aquela consagrada pelas democracias liberais ocidentais, pautada, no geral, pelos termos da declaração dos direitos dos homens, e no particular, pela intenção de institucionalizar a ideia de que haveria um acesso universal à direitos sociais, econômicos e políticos e às garantias jurídicas fundamentais, podemos considerar que no contexto brasileiro tal noção realiza-se essencialmente como negatividade.

Isso significa que, em nossa sociedade, a cidadania se realiza como não-cidadania, e consequentemente, como não-liberdade, não-igualdade, não-direitos, não-garantias, etc... Portanto, a noção de cidadania pode ser compreendida como uma formulação crítica - no sentido de representar um estado crônico de crise das possibilidades de sua realização, – e abstrata – na medida em que ela não consegue se manifestar a não ser como discurso. Em resumo, significa que quanto mais nos referimos à noção de cidadania, quanto mais a reivindicamos nos termos expostos anteriormente, mais nos afastamos da possibilidade de sua realização plena.

Tal interpretação deriva da compreensão de que esta noção se trata, na verdade, de uma relação social. E enquanto relação social, por ser historicamente constituída, ela assume os limites e contradições do contexto que condiciona sua realização.

E por isso, é possível tratar como uma impossibilidade o fato de que uma relação social – ou ideia – conformada originalmente em um contexto metropolitano (termo aqui utilizado no contexto da relação metrópole – colônia) se realize plenamente em uma sociedade formada sob o peso da colonização e suas determinações, entre elas, a naturalização da desigualdade, da violência, e entre estas violências, as mais perversas e de consequências mais longevas, como a escravização de seres humanos e o genocídio de povos originários.

Desse modo, penso que a noção clássica de cidadania, construída, imposta e assumida localmente a partir de uma perspectiva de submissão à uma ideologia colonialista, deva ser criticada e sistematicamente negada, para tornar possível sua superação. É preciso criar as condições para que se possa estabelecer uma perspectiva própria, historicamente situada, relativa ao reconhecimento e ampliação de direitos, e que considere, necessariamente, o caráter estrutural da desigualdade e violência em nossa sociedade, a legitimidade de uma postura de insubordinação diante deste cenário e a compreensão de que qualquer direito – ou noção que envolva estes direitos - somente

existe se ele se realiza de forma concreta e efetivamente universal.

Em relação a ideia de território, também penso que devemos compreendê-la como uma relação social historicamente constituída. E, se vivemos em um contexto no qual podemos considerar que todas as relações sociais são condicionadas pelas determinações de uma sociedade mundial produtora de mercadorias, estas também incidem sobre o território, que passa a apresentar-se fundamentalmente como território do capital.

Desse modo, o território assume, simultaneamente, os pressupostos e objetivos do capital e seus limites e contradições internas, constituindo-se tanto como suporte para formas avançadas de produção, apropriação e acumulação quanto como lugar de crítica e subversão de sua própria natureza, pressupostos e objetivos. Finalmente, parece evidente que os termos dessa contradição não se desenvolvem em uma relação de equilíbrio, na medida em que o caráter instrumental do território prevalece como regra

Revista Píxo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

André Carrasco: Considerando o que foi exposto anteriormente, penso no âmbito da arquitetura e urbanismo, tanto como campo do conhecimento quanto como atuação profissional, prevalece certo consenso em torno do caráter positivo da noção de cidadania, posição que, do meu ponto de vista, promove o acirramento da crise desta ideia, comprometendo a construção de uma abordagem mais complexa que poderia levar à sua superação e a uma disputa mais efetiva pelo reconhecimento e ampliação de direitos. Em relação ao território, a arquitetura e urbanismo, enquanto atividade produtiva, salvo raras exceções, alinha-se a uma perspectiva que naturaliza a compreensão do território enquanto território do capital.

Em relação ao papel do arquiteto e urbanista creio que não pode ser outro que não seja o de sujeito de um movimento de crítica, explorando e aprofundando as contradições de seu campo de atuação que envolvam estas noções, de modo a superar idealizações ingênuas e assim construir alternativas para enfrentar estas perspectivas hegemônicas e as formas como elas se expressam no espaço urbano.

Revista Píxo: Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

André Carrasco: Conforme exposto anteriormente, por considerar que a noção de cidadania traz consigo importantes limitações tanto para sua realização quanto para sua apropriação em uma reflexão teórica, eu não costumo fazer referência a essa formulação. Minha posição tem sido, tanto nos trabalhos críticos quanto naqueles que envolvem o projeto, apontar diretamente quais direitos que estão em disputa, em sua expressão mais concreta: direito à moradia, à localização, ao reconhecimento de manifestações culturais e formas urbanas não hegemônicas, à não-violência institucional, etc. Como estas disputas ganham contornos próprios de acordo com cada contexto, a forma de abordagem sobre estes direitos e sua elaboração teórica e concreta devem ser necessariamente adaptadas à cada situação, algo que considero essencial no processo de se estabelecer novas referências para se pensar e atuar sobre o cenário atual de não-direitos que caracteriza a sociedade brasileira.

Por outro lado, a noção de território tem sido utilizada nas minhas experiências acadêmicas e projetuais desde pelo menos o período de desenvolvimento do meu mestrado, estando presente até hoje. Reconhecendo o caráter contraditório dessa relação social, meu trabalho busca enfatizar tal compreensão crítica, explorando os

termos dessa contradição que sugerem possibilidades de subversão de algumas categorias que a constituem, como por exemplo, a propriedade privada da terra e a própria ideia de projeto. Esse exercício exploratório vem se desenvolvendo tanto na teoria quanto em experiências projetuais. No primeiro caso, a crítica pode ser desenvolvida com mais liberdade, pois o trabalho intelectual ainda conta, para o bem ou para o mal, com certa autonomia. No segundo, o trabalho necessariamente será constrangido pela realidade política, social e econômica do contexto, exigindo daqueles que participam do processo de projeto alguma perspicácia para encontrar e trabalhar sobre as brechas e fissuras produzidas pelo choque entre o território instrumental do capital e aquele que pretende se contrapor à sua lógica, em um processo bastante desafiador.

Revista Píxo: Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

André Carrasco: Não diria que representam necessariamente avanços, mas sim experiências nas quais foram possíveis desenvolver um trabalho teórico e projetual consistente a partir das elaborações e argumentos expostos nas questões anteriores: o Plano Popular da Estrada do Engenho (desenvolvido pelo EMAU – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – da FAUrb) e o Plano Popular do Corredor das Tropas/ Passo dos Negros (desenvolvido pelo grupo da Residência AU+E – Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade - UFBA/UFPe).

Revista Píxo: Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

André Carrasco: Indico a Prof^a. Dr^a. Karina Leitão¹⁵(FAU USP)¹⁶ e o Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves¹⁷ (CEPAE/UFG)¹⁸.

15 Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1999), Mestrado pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM-USP (2004) e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP (2009). Desde 2002, é pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP, que coordenou entre janeiro de 2016 e março de 2020. Tem focado suas pesquisas em Habitação Popular, Planejamento Urbano e Regional, Gestão Municipal, Políticas Públicas Urbanas e Impactos de Grandes Projetos.

16 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. Disponível em: <<https://www.fau.usp.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

17 Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás. Doutor e Mestre em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Bacharelado e licenciatura em Geografia na Universidade de São Paulo. Foi bolsista de doutorado da Fapesp e de mestrado do CNPq. Suas pesquisas envolvem o urbano, o cotidiano e o lúdico, bem como o entendimento crítico dos espaços escolares, da educação tradicional e da mercantilização da educação. É membro do grupo de estudos e pesquisas "Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano" do Laboratório de Geografia Urbana da USP. Coordena o grupo de estudos e pesquisas "Desescolarização e direito à cidade" no CEPAE-UFG. É membro do LUDENS-USP (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre o Futebol e Modalidades Lúdicas). É colunista da revista *Ermira Cultura*. Docente permanente do Programa de Pós Graduação Ensino na Educação Básica - CEPAE UFG e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Habitat e Expressões Culturais do Núcleo Interdisciplinar de Patrimônios, Artes e Memórias -Museu Antropológico -UFG.

18 Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação é uma unidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.cepae.ufg.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.



Daniele Caron

Revista Píxo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

Daniele Caron: Minhas pesquisas têm se debruçado mais sobre as analogias conceituais e operativas entre paisagem e narrativa, e mais recentemente sobre a dimensão pública e comum da paisagem urbana. Entretanto, essa temática vem sendo costurada com as territorialidades excluídas e/ou em processos de apagamento, devido à ausência de políticas públicas que visem o bem estar social de grupos e/ou comunidades vulneráveis em termos de gênero, raça, classe, entre outros marcadores.

Entendo que o território só pode ser pensado a partir dos processos de disputa que o constituem histórica e cotidianamente. O reconhecimento da conflituosidade e da diferença como condição intrínseca ao urbano é fundamental para o entendimento do território, o qual está ligado às suas dinâmicas de uso. Milton Santos¹⁹, já nos alertava para essa questão dizendo que o território deve ser entendido como território usado, ou seja, carregado de sentidos dados por relações de complementaridade e conflito. Esse pensamento de Santos nos conduz à ideia de que, se por um lado os sujeitos que formam parte de grupos hegemônicos concebem o território como recurso – matéria a ser explorada, por outro, os grupos subalternizados, excluídos e estigmatizados, tem o território como abrigo – conjunto de ações, com o qual desenvolvem uma infinidade de táticas e estratégias para sobrevivência.

Pensar território nos remete ao sentido de pertencimento, e esse pertencimento por sua vez é condicionado por dinâmicas de poder. O poder de grupos hegemônicos sobre grupos subalternizados, se expressa no território como espaço uma vez que opera delimitações, circunscreve e estigmatiza comunidades. Esse mesmo poder opera o desmonte do sentido de pertencimento quando não reconhece o tempo de uso, as memórias e as narrativas que constituíram determinado território, forçando transformações urbanas excludentes, convocadas pelo capital financeirizado que fabrica paisagens em poucos meses. Esta velocidade é própria da ordem liberal democrática, que segundo Raquel Rolnik²⁰, pauta a organização das economias e sociedades em seus vínculos com o território desde o período do Iluminismo (2019). À

19 Em suas obras: SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: *XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis: 2000. p.1-13. 52. SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, et al. *Território, Territórios* - ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p. 13-21.

20 ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jul-out 2019. p. 18-45.

aliança entre Estado e mercado que opera em grande medida a governabilidade das cidades, não interessam os tempos das práticas cotidianas que fazem acontecer a vida em territórios considerados ‘irregulares’, ‘informais’, ‘espontâneos’, ‘marginalizados’. O apagamento de territorialidades engendradas ao longo de décadas de uso desses territórios, eliminam os espaços que abrigam o outro. Esse imenso outro que não está incluído nas possibilidades da vida urbana capitalizada, esse outro permanentemente destituído de direitos por questões de raça, gênero e classe social, e que disputa os territórios desestabilizando a ordem dominante vigente. O sentido de pertencimento, portanto, está alicerçado na identificação com o território que lhe é familiar e de direito, ainda que esse direito seja constantemente ameaçado pelas dinâmicas capitalistas que regem a vida das cidades na atualidade.

A cidadania é exercida quando existe condição para esse pertencimento e para que o sujeito, o coletivo, a comunidade, possam ser visíveis naquele território. A visibilidade pode ser pensada como reconhecimento desse pertencimento. Se pertencço a esse território e se ele me pertence, meu corpo e minhas ações possibilitam a visibilidade dos sentidos e significados convocados pelos meus modos de viver o mundo. A cidadania se dá a partir da condição de possibilidade do pertencimento e da visibilidade. A cidadania é o reconhecimento do sujeito enquanto cidadão que, inserido na trama do espaço urbano pleno de confrontos, tem seu direito à existência garantido podendo usufruir das funções, serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

Dito isso, entendo que a cidadania se dá na medida em que se tem a garantia do território usado e da visibilidade possível para o corpo individual e coletivo que opera cotidianamente a cidade e nela deposita suas memórias, seus vestígios, suas experiências de vida.

Revista Pixo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

Daniele Caron: A modernidade deixou marcas definitivas na cidade. Tanto a arquitetura como o urbanismo formam parte do projeto de vida moderna que diz de determinadas vidas em detrimento de outras, e isso vale também para as existências não humanas. Pensar a cidade como um emaranhado de histórias nos auxilia a entender o papel da arquitetura e do urbanismo ao longo do tempo, e o quanto eles podem condicionar a vida em conjunto.

A arquitetura e o urbanismo que se desenvolvem a partir da capitalização da vida, lógica engendrada na modernidade, operam a partir de uma visão antropocênica e androcênica, uma existência universal devastadora, que vem apagando, rejeitando e assujeitando todas as outras. De um lado, um fazer cidade que está pautado por processos de subjetivação dominantes, enraizados em sistemas de opressão; na outra ponta, a própria materialidade dos objetos construídos legítima e torna-se agente ativo nesses processos que tem violentado as territorialidades não hegemônicas. Na medida em que o pensar-território nos leva a pensar relações desiguais de poder, me parece que o papel das/os operadoras/os do conhecimento, incluindo aqui planejadoras/os, arquitetas/os e urbanistas/os, é pautar modos de ver-pensar-fazer cidades a partir da ruptura do regime discursivo que exclui as existências que escapam a essa universalidade. É desenvolver modos e metodologias dispostas à uma escuta ativa dos sujeitos, comunidades e territórios que perfazem a cidade cotidianamente, cujos direitos humanos e urbanos vem sendo histórica e sistematicamente suprimidos.

É envolver-se em processos de emancipação social e política que se instauram no cotidiano dessas comunidades e que fabulam um comum, ainda que provisório, reivindicando o direito à cidade. A partir desse envolvimento com as experiências e as



táticas de vida que tensionam a vida capitalizada e ousam um dizer-cidade para além da lógica neoliberal e colonial, arquitetas/os e urbanistas/os podem encontrar-se com saberes que vão do cotidiano à ancestralidade, e que podem e devem desestabilizar a disciplina a fim de afirmar uma ética planetária e uma política da partilha.

Revista Pixo: Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

Daniele Caron: O grupo de pesquisa Margem_Lab²¹ de narrativas urbanas, vinculado ao PROPUR/UFRGS que coordeno desde 2019, vem desenvolvendo pesquisas e projetos de extensão que, de um modo ou de outro, acabam tocando nessa temática. Atualmente, a pesquisa da mestrande Bárbara Rodrigues Marinho²² (2022) trabalha sobre o conceito de corpo-território²³ (GAGO, 2020) na Casa de Referência Mulheres Mirabal (Porto Alegre/RS), uma ocupação urbana que vem protagonizando e fortalecendo a luta contra violência com as mulheres. Tal como um território de confrontação, a Mirabal se instaura em uma lógica de subversão da propriedade privada, operando a partir de práticas inspiradas na subsistência, autonomia e sociabilidade, fortalecendo-se como um espaço de emancipação política e como um corpo-território em luta permanente contra processos de espoliação de direitos das mulheres.

Outra pesquisa que trabalhou sobre o conceito de territorialidade e espaço público foi a dissertação do Diogo Vaz da Silva Jr²⁴ chamada “Cartografias narrativas do habitar-

21 Margem_lab. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/margemlab/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

22 MARINHO, Bárbara R. Por que pesquisar sobre uma ocupação feminista? Reflexões sobre estudos urbanos, feminismo, a luta coletiva das mulheres e a Casa de Referência Mulheres Mirabal. In: *Fronteiras feministas na pandemia: diálogo Brasil – Uruguai /2021/Orgs. Schulz, R., Moritz, M. L., Marx, V.* Porto Alegre: Polifonia, 2022.

23 GAGO, Verônica. A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

24 JÚNIOR, Diogo Silva. *Cartografias narrativas do habitar-rua: uma reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano.* Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio

Figura 2: Mulheres do Movimento Olga Benário, apoiadoras, ex-abrigadas e coordenadoras da Casa de Referência Mulheres Mirabal no Festival Arte Salva (dez/2021) em frente ao muro da Casa. Fotografia: Fábio Alt. Acervo: Bárbara Rodrigues Marinho.

rua: uma reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano”. Aqui, o processo cartográfico se desenvolveu em torno das experiências de escuta com pessoas em situação de rua, cuja narratividade e território existencial se corporificam nas ações de habitar que tensionam as lógicas do planejamento urbano vigente na cidade.

Enquanto Margem_lab, durante o ano de 2018/2019 ampliamos a analogia entre paisagem e narrativa a partir de uma pesquisa com as narrativas publicadas no Jornal Boca de Rua²⁵, movimento social e meio de comunicação desenvolvido por pessoas em situação de rua de Porto Alegre. A partir de uma pergunta geradora, buscamos os argumentos que agenciam a dimensão pública da paisagem urbana na experiência de pessoas em situação de rua. Os processos de pertencimento, visibilidade e cidadania, pensados no tempo presente, passado e futuro, e a partir das lógicas da rejeição e acolhimento, enunciam uma dimensão de público pautada pelo confronto e pelo dissenso, e reforçam a legitimidade das territorialidades moventes que reivindicam existências para além da lógica privatista do espaço urbano²⁶.

Revista Pixo: Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

Daniele Caron: Desde 2019, o Margem_lab²⁷ acompanha a luta pelo direito à cidade e ao território afroindígena que iniciou com a Ocupação Baronesa, no bairro Menino Deus, e hoje se transformou em um corpo coletivo, uma comunidade, um conjunto de afetos e conhecimentos que se mobiliza em torno da retomada de território ancestral dos povos originários em Porto Alegre. A constituição do Centro de Referência Indígena-Afro do RS, o CRIA/RS coordenado pela Cacica Kerexú Takuá, vem pautando a luta social pelo direito ao território, à ancestralidade e memória do povo de etnia guarani em contexto urbano. De acordo com a Cacica “a aldeia é onde eu estiver” (2021). Essa fala manifesta a existência de um corpo-território, a reivindicação de um território indissociável do corpo e dos saberes ancestrais que vem se deslocando há vários séculos em busca da terra sem males. Essa indissociabilidade nos convoca enquanto pesquisadoras/es a um deslocamento complexo dos nossos constructos intelectuais pautados sobretudo pelo eurocentrismo, pelo patriarcado, pela colonialidade do saber. Nesse encontro com os povos originários nos é demandado um exercício sobretudo ético de reconhecimento do território como conjunto de forças em disputa no qual é necessário assumir posição, assumir responsabilidade com uma mudança de paradigma urgente, na qual todas as existências, humanas e não humanas, possam com-viver em sua diferença e multiplicidade.

É possível que o dizer-aldeia a partir do corpo-território guarani, além de constituir a retomada da territorialidade indígena em contexto urbano, nos recoloca diante do direito à cidade repensando as infinitas dobras que abrigam as histórias solapadas, apagadas, esquecidas, violentadas. O dizer-aldeia certamente nos mostra um caminho. Para muitas e muitos, talvez uma utopia, para outros e outros, uma condição de possibilidade para uma política da partilha.

Grande do Sul, Porto Alegre: 2020.

25 *Jornal Boca de Rua*. Disponível em: <<https://jornalbocaderua.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

26 CARON, Daniele, et al. Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. *Anais XVIII ENANPUR 2019*. Natal: EDUFRRN, 2019.

27 *Laboratório de narrativas Urbanas*. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/margemlab/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

Revista Pixo: Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

Daniele Caron: Indicaria a Profa. Heleniza Ávila Campos²⁸ do PROPUR²⁹.

28 Possui Graduação em Arquitetura (UFPE, 1988), Mestrado em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 1995) e Doutorado em Geografia (UFRJ, 1999). Atualmente é docente da UFRGS no Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles (Núcleo Porto Alegre), enquanto representante do PROPUR, e integra o grupo de pesquisa Organização do Espaço Urbano e Regional desde 2000. Atua em pesquisas com as seguintes temáticas: desenvolvimento regional; territorialidades urbanas, redes urbanas, espaços regionais e metropolitanos, planos diretores.

29 Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/propur/>>. Acesso em: 23/06/2022.



Fernanda Fedrizzi

Revista Píxo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

Fernanda Fedrizzi: Considero um tema de grande relevância pois, para melhor projetar os espaços urbanos, como os utilizamos e como são/serão ocupados, é necessário refletir sobre o papel que exercemos como cidadãos e cidadãs, pensando no exercício dos nossos deveres e direitos civis, sociais e políticos para além dos recortes de gênero, raça e classe da qual fazemos parte e ampliando as lentes perceptivas sobre aquilo que nos cerca, assim construindo ativamente territórios outros.

Revista Píxo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

Fernanda Fedrizzi: Como uma formação que se dá na área das ciências sociais aplicadas é importante lembrarmos que nós, arquitetas urbanistas, pesquisamos e projetamos para além do lote e da edificação. Nossos projetos são maiores do que as limitações físicas ou teóricas e devem avançar para a comunidade, a interface com o público e as formas de usufruir os espaços, sejam eles um passeio público, uma praça, um recuo de ajardinamento, uma proteção para os dias de chuva. No cotidiano, o assunto que mais me ocorre ao pensar no tema “cidadania e território” é a questão das pessoas em situação de rua e o direito à moradia e, portanto, penso que o papel das arquitetas urbanistas é o de buscar construir uma cidade que se apresente menos hostil para esta população já tão fragilizada, seja em espaços de proteção e descanso ou garantindo direito à moradia e ao assentamento em zonas centrais, de fácil acesso às oportunidades, infraestrutura e serviços.

Revista Píxo: Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

Fernanda Fedrizzi: Na minha trajetória como estudante de arquitetura e urbanismo tive a oportunidade de trabalhar em Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e regularização fundiária de diversos municípios do Brasil, entre 2010 e 2011. Foi uma experiência muito interessante e me conectou com temas que não haviam sido abordados em sala de aula, até aquele momento, como a participação da população e do poder público nos projetos de habitação e também o contato com análise de dados econômicos e sociais de municípios com até 20 mil habitantes. Mais tarde, em 2013, participei do Plano de Revitalização da Área 2 do 4º distrito de Porto Alegre, setor que abrange a igreja Nossa Senhora dos Navegantes, no bairro Navegantes, e local onde ocorre a tradicional festa de Navegantes. Fizemos pesquisa de campo com

as pessoas que frequentam a festa e a comunidade para compreender como melhor projetar qualificadores para a área e assim promover uma experiência mais agradável ao caminhar pelo território. Entre 2015 e 2018 integrei o coletivo de inovação social urbana Translab.urb³⁰, onde a cidade era vista como construção coletiva, que se dá por meio do ativismo cidadão através da cocriação e participação, pedagogia e ativação urbana.

Já como artista visual, sempre atravessada pelas experiências da minha formação em arquitetura e urbanismo, realizei um trabalho intitulado “Cidade só para homens”³¹, em 2019, que culminou em toda uma discussão sobre o poder da palavra, da nomenclatura das ruas, no sentimento de pertencimento nas cidades. Tornar-se cidadã não é apenas exercer os direitos civis e políticos, mas também os sociais, entre eles de fazer parte de uma comunidade, que faz parte de um território, e “Cidade só para homens” surgiu da percepção da baixa incidência de mulheres homenageadas nos nomes de logradouros nos arredores do lugar onde morava em Porto Alegre. Redesenhei o mapa de um recorte dos bairros Floresta e Centro Histórico, evidenciando com quem estas cidades se relacionam. Notei que a cidade só faz sentido para um grupo muito específico de pessoas: homens brancos, provavelmente militares ou de uma elite burguesa. Se temos, teoricamente, a garantia de uma sociedade justa e equilibrada, por que não somos todas vistas e incluídas, pertencentes de fato, aos espaços? Por que alguns territórios são pensados para relacionarem-se somente com determinados grupos? Com “Cidade só para homens” busco provocar uma reflexão acerca das relações entre patrimônio e representatividade nas cidades. Este é um projeto ainda em desenvolvimento e venho tentando entender como são as realidades de outras cidades.

Revista Píxo: Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

Fernanda Fedrizzi: Destaco o trabalho da artista Ana Langone³², no Passo dos Negros, onde ela discute questões do território desvelando as histórias por trás das narrativas da cidade de Pelotas e promovendo a retomada da autoestima das comunidades negras.

Revista Píxo: Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

Fernanda Fedrizzi: Indico que entrevistem a Ana Langone³³, devido ao trabalho realizado no Passo dos Negros e também aos outros trabalhos que envolvem a artescrevivência por meio de uma narrativa transmídia sempre em expansão e em relação íntima com o território.

30 *Translab.urb.* Disponível em: <<https://translaburb.cc/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

31 LIMA, Fernanda Fedrizzi L.. *Cidade só para homens?* Ensaio publicado na Revista Píxo, Pelotas, v. 2, n. 10 (2019): Mulheres e Lugares Urbanos II, p. 258-263.

32 LANGONE, Ana Paula Siga. *O caso do Passo dos Negros: Arte e Design como forma de ativismo pelo direito à cidade.* Pelotas: Brasil, 2018. <https://www.analangone.art/>

33 Site da artista e ativista disponível em: <<https://www.analangone.art/>>. Acesso em: 23/06/2022.



Igor Guatelli

Revista Píxo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

Igor Guatelli: São dois conceitos inextricáveis, um não pode, ou poderia, existir sem o outro. Em uma época dominada pelas expulsões e exclusões generalizadas, pela criminalização da hospitalidade, “pela procissão diária de violência [...]”, dominada pelo *páthos* da demolição e da produção, numa escala planetária, de reservas de obscuridade [política, social, o grifo é meu]. E de objetos de todo tipo, restos, resquícios de uma gigantesca demiurgia³⁴, conforme Achille Mbembe, essa temática é incontornável.

O conceito de Território, usado com mais frequência desde o século XVII na França, estava ligado ao exercício da soberania sobre o território, soberania do Estado, no caso o poder monárquico. Era o espaço do exercício da *régalien*, que vem de *regalis*, *regis*, poder régio, real, regalia, que pode ser traduzido no português como regalia, o lugar das regalias. Entretanto, o conceito de território advém de *terre*, *terroir*. Poderíamos pensá-lo assim a partir da ideia de um vínculo estreito com a terra, com o chão cultivável, lugar de, e, por onde, as pessoas constroem sua própria existência. Se, conforme Foucault, é no século XVIII que o Estado passa a considerar o território como meio de regulação das populações, o território também poderia ser pensado a partir de seu uso através de uma interdependência entre população e direito de existência digna, suplementar ao direito que se retira e falta como presença, existência para além de concessões e destinações previamente determinadas.

Por outro lado, cidadania, *citoyenneté*, cidadania em francês, aparece com a Revolução Francesa, e está diretamente ligado a um outro exercício, o exercício dos direitos políticos, que, por sua vez, também está associado ao direito da própria existência digna, que só pode existir plenamente se considerarmos um chão fértil, cultivável, um território, um *terroir*, lugar de cultivo e florescimento de cidadania. Próximos ao pensamento derridiano, a cidade da hospitalidade oferecida a qualquer outro, sem condição, territórios universais horizontais, ricos em singularidades, particularidades e diversidades; e não das estratificações e dos enclausuramentos identitários; a cidade do gosto do outro.

Revista Píxo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

³⁴ Achille Mbembe. *Brutalismo*. La Découverte, 2020.

Igor Guatelli: Podemos supor que não seja possível pensar em arquitetura e urbanismo sem a consideração desse par heterônimo, quase uma tautologia, num certo sentido um é o duplo do outro. Mas, ainda estamos longe dessa condição. Cidade e Território parecem se inserir, muitas vezes, como impotentes *parergons* na arquitetura e urbanismo, assuntos que, apesar de supostamente pertencerem ao campo da arquitetura e urbanismo, permanecem como assuntos “de fundo”, não reverberam e não se entrelaçam com a obra, permanecendo externos à ela. Compreendem-se suas importâncias sem, contudo, compreendê-los ou incorporá-los como conteúdo. Permanecendo como “fundo”, a capacidade de “abissalizar” a presença plena, provocando lacunas, brechas nas sólidas estruturas ontológicas ligadas ao ser da Arquitetura e do Urbanismo praticamente inexistem. Devem deixar de ser “fundo” [*fond*] e precisam se tornar questões de emulação de novos fundamentos [*fondements*], ainda sem um “domínio” que lhes seria próprio, fundamentos sem fundações [*fondation*] profundas, que dificultam a abertura dessas brechas. É preciso começar pela interpelação da eterna validade dos supostos fundamentos para que toda estrutura plena e inviolável seja colocada ao menos em dúvida.

Cidadania e Território, muitas vezes fetichizados, tornam-se “maus” *parergons*, anexos, presenças ausentes como assunto, questão ou auto-consciência, atributos sem pátina. Talvez, o problema esteja no fato deles se apresentarem não de maneira inadequada, como um problema a ser enfrentado, mas como dados prontos-para-uso. Potências impotentes, expressões sem conteúdo [adornos?] frequentemente uma espécie de “foras-da-obra” que aparecem ou interferem na obra [*ergon*] do arquiteto-urbanista apenas como “moldura”, “discurso” ou “selo de validação”, contingências que não se amalgamam à obra, não se tornam processo na construção do *ergon*, a cidade. Mas não há cidade sem território e cidadania [prefiro essa inversão, a cidadania se construindo pelo território, pela luta pelo lugar]. Claro, há sempre importantes exceções.

Cidadania e Território, ou, Território e Cidadania não são dados *a priori*, não são auto-evidentes, garantidos antes, independentemente da ação, qualquer que seja ela. Precisam restar como algo ainda a ser pensado, trabalhado pelo arquiteto-urbanista em sua inextricável, por vezes inaudita, e até inefável relação. Território e Cidadania são meio por onde o arquiteto e urbanista realiza não o seu *ergon*, sua obra, mas o *Ergon*, a cidade, sem a qual o exercício de uma incondicional justiça urbana e de uma democracia por vir não serão possíveis em suas quase impossibilidades.

A arquitetura e o urbanismo, num certo sentido, perderam o mundo, a cidade, ou não os encontram, alguns *parergonais* movimentos sociais nos mostram algumas trilhas para recuperá-lo, ou restituí-lo. O atual estado de mundo, pensando no que diz Mbembe, exige uma revisão radical de nossas maneiras de pensá-lo e agir sobre ele, com ele. E essa revisão passa por uma revolução epistemológica de alguns campos do conhecimento, arquitetura e urbanismo é uma delas. A possibilidade da emergência e afloramento de, talvez, um novo espírito utópico dentro da arquitetura e do urbanismo, e, portanto, uma reconexão entre território e cidadania, passa por uma desconstrução das entidades tradicionais de tempo, espaço, de humanidade, da ideia de humano, de seres-vivos, e do que se entende por identidade, contexto, pertencimento, aprisionadas em categorias tradicionais, ou imperativos categóricos, mitificados. São noções ainda vinculadas às estruturas do Capital, do Estado, de um certo tipo de Humanismo, das quais lutamos para nos libertar ao mesmo tempo que as confirmamos.

Talvez seja preciso desmontar essas cristalizadas estruturas de significações que enquadram e delimitam o pensamento, sobretudo se ideologizado, evidenciando seus eventuais equívocos, suas limitações, seu anacronismo, para que novas experiências do pensamento possam emergir como força pensante sem um horizonte pré-definido, delimitado *a priori*. Pensar Cidadania e Território a partir de sua própria incompletude, de

suas insuficiências etimológicas, de seus restos e do que ainda resta como significação dada e significações ainda por vir, pode ser um caminho. Em uma abordagem “deleuze-guattariana” [referente aos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari], fazer proliferar os rizomas da linguagem, ampliando, desmontando, montando cadeias de significações é pensar além do pensamento *standard*, estandardizado pelo senso-comum, por uma linguagem automática, alienada no interior de estruturas rígidas, inertes. Inventar outros modos de viver, de existência passa por um profundo questionamento dessa linguagem, e, certamente, desse par conceitual; o nosso devir e porvir político passa por uma “caosmose” [obra de Félix Guattari] dos limites que o sepultam em noções enquadradas. Esfumecemos as fronteiras que enclausuram as significações.

Revista Píxo: Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

Igor Guatelli: Cidadania e Território sempre estiveram presentes na minha trajetória acadêmica, ou pelo menos desde que construí um melhor entendimento desses conceitos a partir do meu doutorado, defendido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Esse entendimento acentua-se com a atividade acadêmica desenvolvida como professor de projeto e teoria na Universidade Mackenzie, enriquecido pela convivência com colegas. Mas há um momento singular em que essa consciência adquire uma outra intensidade, quando me defronto com uma iniciativa de um ex-boxeador e sem-teto, Nilson Garrido e Cora Batista, assistente social, que, juntos, constroem um lugar em um espaço que se torna território no momento em que esse vínculo se estabelece, um *parergon* que interfere e enriquece o próprio *ergon*, um *parergon ergonal*, um suplemento fundacional. Tal como diz Milton Santos, chão e pessoas são indissociáveis. Ou, como diz Deleuze, o seio materno se torna território quando há o contato com o bebê, no instante em que o contato deixa de existir, deixa de haver território.

Estamos falando de território como meio e resultado, por onde o exercício de uma cidadania, mesmo que frágil, pode manifestar-se. Garrido e Cora erigem uma academia de boxe, associada a uma biblioteca pública, academia de ginástica, brinquedoteca e educação básica para crianças em situação de rua que, à época, localizava-se sob o viaduto do café, no Bixiga, hoje, instalados no Viaduto Alcântara Machado, ambos em São Paulo.

Um insólito agenciamento programático que cria território ao mesmo tempo que, por meio dele, pratica cidadania. Uma potente micro ação social e política para a qual elaborei um projeto visando convencer o poder público de sua viabilidade, pertinência e importância. O projeto, mesmo não implantado, reverberou e se desdobrou em outras ações do poder público, ainda reverberando no meio acadêmico.

Atualmente, coordeno uma pesquisa, financiada por uma instituição francesa, a MSH Paris Nord³⁵, intitulada “Habiter en devenir: autres demeures”. Com a participação de professores da FAU-Mackenzie³⁶, FAU-USP³⁷, FAU-UFRGS³⁸, além do Laboratoire GERPHAU³⁹- Ensa Paris La Villette, onde sou pesquisador associado, estamos

35 *Maison des Sciences de L'homme Paris Nord*. Disponível em: <<https://www.mshparisnord.fr/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

36 *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie*. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.mackenzie.br/universidade/unidades-academicas/fau>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

37 *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*. Disponível em: <<https://www.fau.usp.br/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

38 *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Página Inicial. Disponível: <<https://www.ufrgs.br/arquitetura/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

39 *Groupe d'études et de Recherches Philosophie, Architecture, Urbain*. Disponível em: <<https://www.gerphau.archi.fr/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

estudando o devir rede, o devir comum, o devir hospitaleiro, o devir democrático civilizatório e urbano a partir, fundamentalmente, de alguns casos de Ocupações, em São Paulo, Porto Alegre e Paris, e as ressignificações onto-teleológicas dos lugares por elas transformados em celeiros de novas sociabilidades e subjetividades, oriundas de suas ações ligadas à luta por moradia, por uma existência digna. Um exemplo dessa inextricável relação Território-Cidadania, Cidadania-Território.

Em Paris, por exemplo, há algum tempo tenho conhecido importantes e históricas instituições e organizações, como *Aurore* e *Yes, We Camp*⁴⁰, trabalhando ativamente na montagem e estruturação de Ocupações - com instalação de moradias, alojamentos, assistência médica e jurídica, programações culturais, curso de línguas, ateliês de *arts et métiers*

- atualmente direcionadas ao acolhimento de refugiados, sobretudo, sírios, afegãos, sudaneses, em áreas relativamente centrais da cidade, como o *Les Amarres*.

Ou, recentemente, coletividades e associações se formaram para receber refugiados ucranianos. São cerca de 70000 lugares disponibilizados [20000 deles já preenchidos] para abrigar refugiados nas regiões de *Île-de-France*, *le Grand-Est* e em Nice, alojamentos associados a cursos de língua e disponibilização de vagas em escolas para escolarização das crianças. Em Marseille, um antigo navio desativado, Méditerranée, foi convertido em centro de acolhimento; além de alojamentos, uma creche, restaurante popular, pólo de assistência médica e de empregos, além de um cinema foram instalados em seu interior. Em Strasbourg, universidades têm acolhido pesquisadores e estudantes ucranianos e russos graças a um fundo especial do Programa Nacional de Acolhimento de Urgência de pesquisadores em exílio. Mesmo assim, o vice-presidente da Universidade de Strasbourg, Mathieu Schneider, faz uma crítica e alerta para o fato de que outros exilados não podem ser esquecidos, que esse programa seja estendido a pesquisadores exilados e ou refugiados turcos, sírios e outros. Diria que essa consideração feita por Schneider é crucial para que novas zonas de exclusão e de regalias não se formem. Sabemos que falta essa “boa vontade” em outras situações.

Enfim, estruturas suplementares que são incorporadas de volta como territórios de um exercício de acolhimento e cidadania possíveis. Há algo a aprender com tais iniciativas, mesmo como processos de territorialização a partir de incomuns agenciamentos programáticos.

Revista Píxo: Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

Igor Guatelli: Além do acima citado, diria que as nomeadas “Ocupações” urbanas em áreas centrais e a luta por moradia têm desempenhado um papel fundamental na construção dessa quase impossível democracia por vir, associada ao exercício de busca por uma justiça incondicional, no sentido derridiano. Se Foucault diz que a razão da modernidade, ou do Estado moderno, consiste numa “arte de governar”⁴¹ baseada na distribuição das populações no território [segundo ele, não mais apenas uma distribuição entre o permitido e o proibido, mas a fixação de uma média considerada ótima, para, então, estabelecer os limites do aceitável, além do qual as coisas, ou pessoas, não podem ir], existem pessoas e grupos minoritários que se insurgem

gerphau.archi.fr/ >. Acesso em: 16 de jun. 2022.

40 *Association Aurore*. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.aurore.asso.fr/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

41 FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

contra essa lógica de arranjo territorial e disposição dos lugares a elas destinados na cidade, ou fora dela. Estamos nos referindo a lugares previamente definidos, lugares de regalias, lugares de exclusão, de apagamentos, muitas vezes tornados disponíveis de forma violenta pelo Estado, pelo Capital, porém sempre amparados por um código jurídico legal. Estruturações e ordenamentos territoriais muitas vezes, ou, na maioria das vezes, passam por arrumações sociais que ignoram o cidadão e a cidadania ao mesmo tempo que geram os exilados de dentro.

Um autêntico exercício de cidadania possível passa pelo território, pela vontade de se vincular a lugares que são premeditadamente interditados e inacessíveis a muitos. Se existem subjetividades engendradas que criam lugares para nós sermos e existirmos, a chance de algum movimento emancipatório, exercício de cidadania, passa pela inaceitação desses lugares escatológicos, nos seus vários sentidos.

Revista Píxo: Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

Igor Guatelli: Sujeitos situados nas antípodas do tema. De um lado, o povo que falta, conforme Deleuze⁴², grupos minoritários, artistas ligados aos movimentos de rua, ativistas ambientais urbanos, sujeitos ligados às Ocupações, aos movimentos de luta por moradia, do outro, arquitetos urbanistas, apóstolos do setor imobiliário, além de governantes.

⁴² Filósofo francês. Pensador contemporâneo, tendo como destaque debates sobre a sociedade, política e subjetividade.



Jorge Mario Jáuregui

Revista Píxo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

Jorge Mario Jáuregui: Sem dúvida esses temas estão entre os mais relevantes da atualidade, pois a condição de cidadão tem a ver diretamente com o pertencimento a um lugar, a um território, a um contexto cultural, e se relaciona com o “bem comum”, o que implica direitos e obrigações. O direito de usufruir desses bens comuns e de se poder movimentar livremente pelo território, mas também a obrigação de contribuir para a valorização do que é de todos, compatibilizando interesse individual (ou de grupos ou instituições) com o que é de interesse coletivo. O que envolve sempre a questão das condutas individuais e coletivas, em relação com o espaço público.

Mas para ter cidadãos plenos, é necessária uma educação cívica e uma formação política consistente.

Revista Píxo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

Jorge Mario Jáuregui: O papel do arquiteto e do urbanista, ou de preferência os dois juntos, é garantir coerência às diferentes partes da cidade, sejam elas formais ou informais, articulando as diferenças. A sua função social consiste em organizar as partes, a partir de demandas sociais sempre difusas, permitindo realizar intervenções capazes de redirecionar os processos em curso.”

Revista Píxo: Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

Jorge Mario Jáuregui: Como sabemos, no urbanismo existem quatro escalas de atuação: a pequena, a média, a grande e a territorial. Para cada uma delas existe uma metodologia de trabalho específica. Eu trabalho nas quatro desde faz muito tempo, tanto no país quanto no exterior. Em todas elas a relação entre cidadania e território é fundamental, e a forma de interlocução com a comunidade varia de acordo com cada escala.

Todos os projetos de interesse social que eu fiz envolvem a cidadania e o território, e à medida que aumenta a escala de intervenção, essa relação se torna mais e mais complexa. Desde faz 10 anos eu realizo no Rio um Workshop Internacional com Faculdades de Arquitetura, estudando cada ano um setor diferente da cidade. Realizo também conferências em várias faculdades de vários países, onde apresento minhas



Figura 2 - Projeto de articulação sócio-espacial - Complexo do Alemão (Escala Territorial)PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento / Urbanização de Assentamentos Precários. Fonte: Disponível em: http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html. Acesso em: 30/05/2022.

reflexões sobre a questão sócio-espacial contemporânea. Na minha página web⁴³, além dos projetos e textos teóricos, no link Reflexiones vou colocando permanentemente textos sobre questões suscitadas a partir da pandemia.

No livro Estratégias de Articulación Urbana⁴⁴, estão registrados os principais conceitos que sustentam a minha prática projetual.

Projeto e reflexão teórica; reflexão teórica e projeto, são uma das maneiras de assumir a responsabilidade nas nossas disciplinas de arquitetura e urbanismo. A outra tem a ver com ética, que como sabemos, implica “fazer o que deve ser feito”. Sem buscar agradar ninguém.

Revista Píxo: Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

Jorge Mario Jáuregui: Destacaria os três projetos de escala territorial que realizei, nas Figura 1 e Figura 2, dois no Rio de Janeiro e outro na República Dominicana.

Nos três, os processos de participação comunitária para a identificação das demandas (no caso de populações que variam de 80.000 (Alemão) a 57.000 (Domingo Sávio) e 50.000 (Manguinhos) são complexos e envolvem um trabalho comunitário que se estende desde o início do projeto até o final das obras.

43 JÁUREGUI, Jorge Mario. atelier Metropolitano, Reflexiones a partir da pandemia. Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/escritos-la-pandemia.html>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

44 JÁUREGUI, Jorge M. *Estratégias de Articulación Urbana*. Buenos Aires: Nobuko Editora, 2012.

Um projeto, dependendo como for gestado e desenvolvido, pode ajudar em muito ao surgimento ou galvanização do sentido de cidadania, ao permitir compartilhar valores e tomar consciência, com os outros, descobrindo o que se tinha direito a desejar e não se sabia antes disso.

A elaboração de um projeto, em qualquer escala, envolve um aprendizado para todos os participantes, seja de forma individual ou coletiva.

Figura 3 - Núcleo Habitacional de Manguinhos. Fonte: Disponível em: http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html. Acesso em: 30/05/2022.



Paolo Colosso

Revista Pixo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

Paolo Colosso: Sem dúvida, são termos centrais. Nós descobrimos o valor da “cidadania” ao perceber as limitações do ideário da “autorrealização”, da “autoajuda”, retóricas do individualismo autocentrado no “exclusivo diferenciado” e outras intoxicações ideológicas encarnadas nas figuras do “arquiteto genial”, do “coach” e nos condomínios anti-urbanos. A necessidade da cidadania se abre ao percebermos que nossos maiores desafios são coletivos e as saídas também. Ao percebermos que podemos ser mais livres quando todas e todos o forem. Nesse sentido, precisamos cultivar inteligências coletivas, que sejam conexonistas, associativas e cooperativas. Já os territórios urbanos são os lugares onde se sobrepõem os eixos de opressão, exploração e segregação, que não aplacam individualmente, mas segmentos inteiros, que tem classe, raça e gênero bem marcados. Quando esses segmentos se veem próximos uns aos outros -- e lampejos disso ocorrem todos os dias --, visualizam a necessidade da cidadania ativa e o potencial dessa liberdade que se distribui com abundância.

Revista Pixo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

Paolo Colosso: A meu ver, nós temos alguns papéis fundamentais, mas para os compreendermos precisamos redefinir um pouco nosso campo disciplinar. Quero dizer, a/o arquiteta/o e urbanista constrói espaços físicos, mas constrói também redes societárias, recursos sociotécnicos e, nesse sentido, um dos nossos papéis é colaborar para reconstruir tecido social, associativo. Gerar proximidade entre sujeitos e espaços que estão fragmentados e/ou distantes, conexões generosas entre territórios, universidades, entidades técnicas, profissionais e, ainda, instituições políticas e do sistema de justiça. A assessoria técnica à habitação, que visa garantir o básico da dignidade, é uma dessas vias, mas essa prática tem ganhado muitos novos formatos. Outro papel importante é reativar a imaginação política, que está destruída pelo quadro regressivo instalado. Precisamos recolocar no horizonte a possibilidade de experimentar espaços inventivos, institucionalidades abertas, com pessoas capazes de escuta empática e debate racional. O conservadorismo reativou o imaginário assentado em papéis tradicionais, superioridades e subalternidades naturais, além de estéticas armamentistas e autoritárias. Com isso, re-naturaliza o arbítrio, as relações de poder altamente hierarquizadas e desumanizantes, uma antipolítica que é danosa por sua incompetência nas tomadas de decisão, além de cultivar descrença e desesperança no tecido social. O conservadorismo estreita os



horizontes de expectativa e cancela o futuro. Nós precisamos de um contraste, isto é, reativar uma experiência de reencantamento com o viver juntos, com o comum a partir da cidade como obra, resultante de construções sociais amplas e inteligência coletiva. Arquitetas/os e urbanistas são muito úteis ao mostrarem que a cidade pode ser o lugar da proximidade, das interações intensificadas e de uma democracia de alta densidade, enraizada desde os territórios.

Revista Pixo: Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

Paolo Colosso: Eu construí movimentos de juventude, quando estudante e pesquisador. Desde 2017, passei a construir o Projeto BrCidades⁴⁵, que hoje tem núcleos em 16 estados, com integrantes em 25 universidades (alunos/as, pesquisadores/as, professores/as), entidades estudantis, técnicas e profissionais, além de defensoria pública e canais de imprensa alternativa. Nosso objetivo é fortalecer, desde a sociedade, saberes e práticas pelo avanço do direito à cidade. Em termos de pesquisas, meu doutorado foi sobre os movimentos e organizações que, em São Paulo, construíram um caldo de cultura urbana depois de 2013, com uma ênfase naqueles que transbordaram da mobilidade para juventudes diversas, além dos mais consolidados na pauta da moradia. São sujeitos que entraram em cena nesse período, cujos papéis ainda não sabemos exatamente quais serão. E mais recentemente, tento traduzir conteúdos acadêmicos, de pesquisa, para formatos que dialoguem com público mais amplo, que sensibilizem não só estudiosos/as, mas estudantes e jovens que vivem as cidades e territórios. O projeto ainda está bem no início, se dá no Youtube Comuns Urbanos⁴⁶.

45 *BrCidades*. Disponível em: <<https://www.brcidades.org/>>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

46 *Comuns Urbanos*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/comunsurbanos/videos?app=desktop>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

Revista Píxo: Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

Paolo Colosso: A meu ver, as iniciativas mais avançadas são as que conseguem ser transversais, ler os conflitos estruturais de classe-raça-gênero através do espaço e assim construir um repertório de organização com muitas camadas, capaz de sensibilizar, gerar experiência de cidadania, habilidades aglutinadoras e de trabalho persistente no tempo. Veja por exemplo as ocupações Nove de Julho⁴⁷, Figura 3, e Hotel Cambridge, no centro de São Paulo: além da moradia, ali há cozinha comunitária, oficinas de artes, cursinho popular, festivais culturais, entre outras. Há níveis diversos de engajamento e todos eles tem lugar. As redes envolvidas fazem da ocupação um “condensador social” que se tornou uma referência no circuito contracultural da cidade. Com outras propostas, as periferias ativas e cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto⁴⁸ (MTST) também tem conseguido crescer nessa linha interseccional, garantir sobrevivência por meio de cuidados e reforços recíprocos, gerar tecido associativo e poder popular. Eu também destacaria as redes de cursinhos populares, como o Emancipa⁴⁹, o Podemos⁵⁰ e a Uneafro⁵¹. Essas redes, que aproximam territórios e universidades, sabem conectar esses espaços e construir formação cidadã. Aliás, preciso destacar esse ponto: hoje nossas universidades estão muito mais sensíveis e próximas da realidade urbana do que há 20 anos. Essa proximidade está em alunos/as e em professores/as, em projetos de pesquisa, de ensino e extensão. Ainda falta muito a avançar e a reconstruir – sofremos muito com o desmanche nos últimos 6 anos –, mas temos muitas novas possibilidades no esforço de aproximar conhecimentos, cidadania e territórios urbanos.

Revista Píxo: Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática “cidadania e território”?

Paolo Colosso: em São Paulo teria muitos nomes, destaque Carmen Silva⁵², liderança do MSTC⁵³. Tem longa trajetória ao mesmo tempo continua inquieta, atual e muito irreverente, dialoga de igual pra igual com qualquer autoridade da gestão e do planejamento urbano. Ainda na pauta da moradia, Ediane Maria e Josué Rocha do MTST. Já em Minas Gerais, o MTD – Movimento de Trabalhadores por Direitos -- está muito forte. Na pauta da mobilidade, merece destaque o Movimento Passe Livre do Distrito Federal. Na região Norte e Nordeste confesso que conheço menos forças, mas destaque o trabalho de Ion Andrade com a rede Mãe Luiza em Natal. Em Recife, Rud Rafael e Vitor Araripe. Reforço, uma pauta ainda pouco estudada e que já se tornou um fenômeno urbano relevante são os cursinhos populares, como a rede Emancipa, a Uneafro e o Podemos +. No Rio Grande do Sul, por exemplo, vale conversar com Nina Becker⁵⁴ do Emancipa⁵⁵. Em São Paulo, com Denise Pistilli (Emancipa) e Gheidla Nogueira do Podemos +.

47 *Ocupação 9 de julho*. Disponível em: <<https://www.movimentosemtetodocentro.com.br/dia-a-dia/categorias/not%C3%ADcias>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

48 *Movimento dos trabalhadores Sem-Teto*. Disponível em: <<https://mtst.org/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

49 *Rede Emancipa*. Disponível em: <<https://redeemancipa.org.br/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

50 *Rede de cursinhos populares Podemos +*.

51 *Uneafro*. Disponível em: <<https://uneafrobrasil.org/>>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

52 Conheça a história de Carmen Silva: Disponível em: <<https://www.movimentosemtetodocentro.com.br/carmen>>. Acesso em: 23/06/2022.

53 Movimento dos Sem-Teto do Centro.

54 Professora de Sociologia, militante de esquerda socialista do PSOL-RS e feminista.

55 Disponível em: <<https://periferias.redeemancipa.org.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.



Paulo Afonso Rheingantz

Preâmbulo

Como considerar realista um projeto de modernização que, há dois séculos, teria “esquecido” de antecipar as reações do globo terráqueo às ações humanas? Como tratar de “objetivas” as teorias econômicas incapazes de incorporar em seus cálculos a escassez de recursos que elas tinham como tarefa prever? Como falar da “eficácia” de sistemas técnicos que não foram planejados para durar mais que algumas décadas? Como chamar de ‘racionalista’ um ideal de civilização culpado por um erro de previsão tão absurdo que fez com que pais deixassem para seus filhos um mundo muitíssimo menos habitado?

Bruno Latour. *Onde Aterror?* – *Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 81-81.

Entendendo que os *Science Studies* ou estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) e a Teoria Ator-Rede (ANT) ainda são pouco conhecidos no campo da Arquitetura e Urbanismo, antes de responder às questões que me foram propostas, apresento alguns de seus fundamentos para facilitar a compreensão e, talvez, a aceitação das minhas respostas. Início pela explicação do uso do acrônimo da designação inglesa Actor-Network Theory (ANT), que reforça a semelhança entre o trabalho de um pesquisador ANT e o de uma formiga (ant). A seguir, explico a desobediência ao protocolo de uma entrevista, com a inclusão de uma citação como epígrafe. Mas se nunca desobedecermos ao estabelecido, nos arriscamos a tornar nossas vidas desinteressantes e repetitivas. E justifico a minha pela necessidade de explicitar meu alinhamento com a crítica dos autores CTS e ANT aos efeitos do projeto de modernização da ciência e da arquitetura e urbanismo. E o faço na esperança de poupar o precioso tempo daquelas(es) que seguem alinhadas(os) com o pensamento e com as práticas ditas modernas – aqui ditas retoma a provocação de Bruno Latour de que jamais fomos modernos.⁵⁶

Segundo Henrique Cukierman⁵⁷, os CTS podem ser caracterizados como um processo permanente de transgressão das fronteiras arbitrárias entre o “técnico” e o “social”, que reúne, lado a lado, múltiplas narrativas que possibilitam cultivar múltiplas histórias tecidas que interferem umas nas outras e se difundem em várias direções, mas

56 LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

57 CUKIERMAN, Henrique. *Yes, nós temos Pasteur. Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2007.

que se mantém umas ao lado das outras, entrelaçadas por mesmo fio condutor, que as mantém coesas como um tecido de fibras sem costuras, produzindo formas descentradas de ser e conhecer. Isso altera o caráter do saber e do fazer, que se complexificam e multiplicam na produção de redes rizomáticas e híbridas de ciência e cultura que colocam lado a lado uma legião de misturas.⁵⁸

A ANT, por sua vez, surgiu da necessidade de ajustar a teoria social aos CTS no momento em que os não-humanos – micróbios, insetos, mamíferos, artefatos, pedras, etc. – se apresentam de uma outra maneira à teoria social. Esses ajustes necessários possibilitam caracterizá-la como uma concepção de ciência a ser construída durante o processo de produção dos fenômenos. Explora a ideia de múltiplas associações ou conexões envolvendo os agenciamentos de diferentes atores humanos e não-humanos, entendidos como efeitos produzidos por quem participa das redes sociotécnicas. A ANT que não faz referência a unidades prontas, mas aos meios para associar os atores; não parte de hipóteses, ideias ou teorias preestabelecidas – que interferem e modificam a percepção e no entendimento do observador pretende demonstrar qualquer afirmação; ela apenas tenta acompanhar os movimentos, conexões e associações dos múltiplos ‘atores’ implicados. Como a palavra ator costuma fazer referência apenas aos agenciamentos dos humanos e diante da necessidade de incluir os agenciamentos dos não-humanos, na sequência vou utilizar a designação actante, originária da semiótica, para literalmente designar quem ou o que realiza ou sofre algum agenciamento. Enquanto o lema da ANT é seguir e registrar as agências dos atores em ação, a presença do hífen em Ator-Rede sublinha que ele representa a maior fonte de incerteza a respeito da origem da ação e reforça o entendimento de rede sociotécnica como aquilo que conecta os actantes. Por sua vez, sociotécnica especifica que se tratam de redes formadas por múltiplas conexões ou associações entre atores humanos e não-humanos ou actantes, cujo entendimento significa transporte e acesso instantâneo, sem deformação a cada parte de informação que relaciona as histórias social e das coisas da natureza e artefatos – e por isso são sociotécnicas – rompendo as dicotomias natureza e sociedade, contexto de descoberta e da justificação, interior e exterior, centro e periferia. Esse entendimento possibilita compreender os conhecimentos tecnocientíficos como efeitos de uma multiplicidade de interações sociotécnicas nos quais a natureza se torna o fato socialmente construído. Em outras palavras, a abordagem sociotécnica da natureza e do conhecimento os transforma em fenômenos coletivos e materiais cuja novidade não é uma qualidade inscrita nos dados de partida, cujo motor da descoberta está em um coletivo distribuído, e não na cabeça dos indivíduos, nem nos critérios sociais estabelecidos.⁵⁹

O interesse pelos modos de existência das redes sociotécnicas heterogêneas – como elas produzem realidades e como essas realidades são colocadas em cena – possibilita uma proliferação de interpretações e traduções dos interfaceamentos CTS-ANT com outros campos de estudo, inclusive os da arquitetura e urbanismo (A+U) e dos estudos urbanos (EU). Esta proliferação termina por fazer emergirem múltiplas questões e possibilidades metodológicas a explorar no entendimento de ‘realidade’. Enquanto a maioria dos métodos e técnicas da ciência e da ciência social se baseiam na suposição de que a ‘realidade’ seria pré-determinada e independente dos instrumentos utilizados para interpretá-la, os CTS-ANT sustentam que essa realidade é produzida por essas práticas de pesquisa. Com isso, a suposição de existência de uma única realidade ou de um mundo lá fora a ser desvelado por uma mente aqui dentro, também pode ser considerada como um efeito de certas políticas e práticas de pesquisa. O

58 LAW, John. *Aircrafts Stories – Decentring the Object in Technoscience*. Durham; Londres: Duke University Press, 2002.

59 MACHADO, Jorge. *Introdução*. In Jorge Machado (org.) *Trabalho, Economia e Tecnologia: novas perspectivas para Sociedade Global*. São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003, p. 9-12.

reconhecimento do ‘real’ como um efeito instável e múltiplo de políticas e práticas implica em reconfigurar o entendimento do modo como o ‘real’ está implicado no político e de suas interferências recíprocas – ou, conforme Annemaria Mol, política ontológica: enquanto ontologia específica o que pertence ao real, política indica que as ‘condições de possibilidade’ não são previamente dadas. E modelar essa ‘realidade’ implica em reconhecer que a realidade é feita e performada [*enacted*]. Em lugar de observada por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a ‘realidade’ é manipulada por meio de vários dispositivos, no curso de uma série de diferentes políticas e reúne múltiplas versões performadas com a ajuda dos dispositivos.⁶⁰

Ao renegar explicitamente qualquer parentesco com Kant e sua confiança de um progresso geral dos humanos, nem com uma terra unificada onde cada um seria cidadão, a proposição Cosmopolítica de Isabelle Stengers⁶¹ possibilita pensar sobre situações em que o desconhecido, o que foi excluído do nosso mundo comum, pode se tornar algo visível, problemático e gerador de novas relações ou formas de conhecer. A proposição Cosmopolítica de Stengers implica em um compromisso ético-político com modos particulares de explorar as possibilidades de viver juntos os caminhos que permanecem sensíveis à inclusão ativa e à visibilidade de todos os constituintes heterogêneos de mundos comuns.

Em sua exploração de cenários de coabitação, coevolução e socialidade interespecífica encarnada, ou das relações e ontologias entre espécies companheiras⁶², feminismo e humano-máquinas⁶³, Donna Haraway convoca outros actantes – os animais e as tecnologias – cujas relações e ontologias complexificam e enriquecem a reflexão sobre cidadania e território. Seguindo um caminho semelhante, Vinciane Despret convoca poeticamente outros actantes, como a física e a química: “Não podemos empreender uma seleção rigorosa. Para nós, o fulgor avermelhado do poente deve ser parte tão integrante da natureza quanto o são as moléculas e as ondas elétricas por intermédio das quais os homens da ciência explicariam o fenômeno. Cabe à filosofia natural analisar como esses diferentes elementos da natureza se interligam”.⁶⁴ Segundo Bruno Latour⁶⁵, a significativa contribuição de Despret para a “filosofia política” e para a “filosofia natural” renova o alcance dos temas abordados pela filosofia, bem como o conjunto de agências potenciais com que a “natureza” é investida; também possibilita uma expansão sem paralelo para os agenciamentos entre as ‘coisas’, os animais e os humanos. Os argumentos de Haraway e Despret contribuem significativamente para a luta contra o antropomorfismo.

A convocação desses muitos outros actantes ou espécies companheiras, complexifica, potencializa e traz grandes benefícios com a inclusão das políticas ontológicas, cosmologias que incorpora os agenciamentos das espécies companheiras, tecnologias e coisas e de seus efeitos no entendimento de ‘cidadania e território’.

60 MOL, Annemarie. Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas, in. João arriscado Nunes e Ricardo Roque (Orgs.) *Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 63-78.

61 STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, 2018, p. 442-464.

62 HARAWAY, Donna *Manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2021.

63 HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue in. Haraway, D; Kunzru, H; Tadeu T. [Org] *Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano* (2ed) Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009 [1984], p.33-118. (Mimo)

64 DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021.

65 LATOUR, Bruno. Prefácio in Vinciane Despret. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 8-23.

Revista Pixo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

Paulo Afonso Rheingantz: Ao me associar com a reflexão de Bruno Latour em *Onde aterrar?* – Como se orientar politicamente no antropoceno⁶⁶ sobre a centralidade do problema geopolítico do Novo Regime Climático (NRC) e da incapacidade de sua Zona Crítica (ZC) resistir a todos os planos de modernização e expectativas de desenvolvimento dos países signatários do acordo firmado em 2015 em Paris na Conferência sobre o Clima (COP21), minha resposta desloca o entendimento comum de ‘cidadania e território’. Latour designa o processo de mutação climática que vem desprezando todas as fronteiras e meios para construir muros ou barreiras contra os invasores de Novo Regime Climático. Um novo regime que, por não ser passageiro e estar diretamente relacionado com a questão das injustiças e desigualdades, não deve ser confundido com crise climática. O Novo Regime Climático performa uma fina película denominada Zona Crítica que ainda não interfere no espaço acima dela nem na geologia profunda abaixo dela, cuja atmosfera e geologia foram radicalmente modificadas pela vida. Na opinião de Latour, quando as classes dirigentes dos países signatários firmaram o acordo sobre o clima na COP21, se deram conta de que todos os planos de modernização e expectativas de desenvolvimento continuassem, a Terra não teria território suficiente para alojá-las juntamente com o resto dos seus habitantes – e aqui resto explicita a ausência do tão sonhado mundo comum a ser compartilhado; se deram conta que, para continuarem com seus planos, seriam necessários vários planetas, apesar de só terem a Terra; se deram conta que o problema geopolítico central a ser enfrentado para nutrir alguma esperança de passagem do moderno para o contemporâneo é o novo regime climático.

Segundo Latour, a questão das injustiças e desigualdades foi por exposta por George Bush pai na RIO92⁶⁷, quando afirmou que o modo de vida dos norte-americanos era inegociável, e reafirmada pelo anúncio de Donald Trump em 2017 da retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris sobre o Clima. Em comum, Bush e Trump deixam às claras que os norte-americanos não pertencem à mesma terra que os demais países signatários; que o ideal de mundo compartilhado não existe mais. Como reforço de argumento sobre a verdadeira metamorfose que se produz na noção de clima a partir das evidências de que as promessas de um ideal sonhado de mundo compartilhado igualmente por todos em um solo que seria capaz de abrigar a todos um território globalizado não passam de uma ficção produzida por um certo tipo naturalizado de globalização seria uma ficção⁶⁸, Latour observa que: (1) a aprovação do Brexit (2020) pelo país pioneiro na exploração do espaço ilimitado do mercado marítimo ou terrestre que, diante da migração de milhares de refugiados, decide abandonar o jogo da globalização para salvar um império já extinto e que tenta se desvincular da Europa; (2) a eleição de Donald Trump para presidir o país que se autodefinia por meio de uma emigração que eliminou os povos ancestrais, sua cultura, suas línguas nativas e se apropriou de seus territórios; que impôs ao mundo uma versão muito particular da globalização; que confia seu destino a quem promete isolá-lo numa fortaleza e impede a entrada de refugiados, enquanto segue intervindo a seu bel prazer em toda parte. Antecipando o roteiro do filme *Não Olhe para Cima*⁶⁹, Latour sugere que antes da eleição de Trump, os Estados Unidos tinham duas opções: diante da dimensão

66 LATOUR, Bruno. *Onde Aterrar? – Como se orientar politicamente no antropoceno* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

67 *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, junho de 1992.

68 LATOUR, Bruno. *Onde Aterrar? – Como se orientar politicamente no antropoceno* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 13.

69 Filme *Não olhe para cima*, direção: Adam McKay/Produção: Adam McKay, Kevin Messick, Scott Stuber. Nova York: Netflix, 2021.



da mutação necessária para frear a ânsia desenvolvimentista e consumista e da imensidão de sua responsabilidade, poderiam enfim tornar-se realistas e conduzir o “mundo livre” para fora do abismo, ou poderiam mergulhar na negação. A escolha de Trump indica a decisão de iludir a América por mais alguns anos e de empurrar os outros países para o abismo; (3) a retomada e amplificação das migrações, ao mesmo tempo em que os países enfrentam as ameaças da globalização e tentam se estruturar para acolher os milhares (ou milhões) de imigrantes que, pela ação acumulada das guerras, dos fracassos do desenvolvimento econômico e das mudanças climáticas, saem desesperadamente em busca de um território habitável para eles e para seus filhos.

Mas como os efeitos do novo regime climático afetam a todos os habitantes, tanto os de dentro dos países centrais quanto os de fora dos países periféricos que há séculos vem sendo forçados a abandonar seus antigos solos devastados pelas explorações colonizadoras, guerras, tempestades com violência ou frequência crescentes e pela proliferação de epidemias e pandemias, que precisam mudar completamente seus múltiplos modos de existência.

Diante da perda de centralidade do Antropoceno no enfrentamento da questão climática e luta pela nossa sobrevivência em um sistema terra que, ao reagir à ação humana, sugere a não existência de uma paisagem estável, indiferente e capaz de abrigar os desejos modernizadores – convém reposicionar a reflexão sobre ‘cidadania e território’ no novo regime climático, diante da busca pelas condições possíveis de sobrevivência Terrestre. Latour utiliza o T maiúsculo para designar um novo ator-político: um Novo Mundo que deixa de ser o cenário da ação dos humanos, que acreditavam ser os personagens centrais da aventura terrestre, para incorporar outros actantes que modificam o enredo e sugerem outros desfechos: agora precisamos contar outras histórias performadas junto COM muitos outros expandindo o entendimento de ‘cidadania’.

Figura 5 - Meryl Streep em cena do filme *Não Olhe para Cima*, de Adam McKay. Fonte: Imagem Niko Tavernise/Divulgação. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1718799788561385-confira-cenas-do-filme-nao-olhe-para-cima>. Acesso em: 21/06/2022.

Para não confundir o Terrestre com o velho solo terrestre ou com o planeta, em alinhamento com Haraway e Despret, Latour recorre ao T maiúsculo e à proposição Gaia de James Lovelock⁷⁰ sobre a plena agência de todos os seres vivos nos processos de gênese das condições químicas e geológicas do planeta, que interfere até na composição do ar que respiramos. Como o ar depende e resulta das agências dos seres vivos, a separação entre organismos e meio ambiente perde o sentido. E me leva a seguir a proposição de Latour para deixarmos de falar em humanos e não-humanos, passando a falar em terrestres em meio a outros terrestres – designação que dispensa a especificação de gênero ou de espécie e possibilita a multiplicação dos actantes sem necessidade de naturalizar suas condutas. Assim, os problemas a serem enfrentados pelos terrestres no novo regime climático passam a ser: descobrir e listar quantos são os outros seres dos quais depende nossa subsistência comum; mapear as controvérsias e interesses que sobrepõem uns aos outros; delimitar seus terrenos de vida – expressão latouriana que possibilita deslocar a palavra ‘território’ para um processo de investigação sobre como devem se orientar nesse novo contexto; saber com quem precisamos ou estamos dispostos a coabitar; avaliar as interpretações conflitantes sobre o que são, o que podem ou desejam outros actantes, cuja lista tende a sempre aumentar. Um processo bem diferente da necessidade de escolha entre o novo e o antigo dos Modernos, que costumavam ridicularizar as tradições dos antigos como arcaicas, como algo a ser ultrapassado, impossibilitando incorporar qualquer forma de herança, de retomada ou de geração seja na educação das crianças, nas relações com as paisagens, animais, governos ou divindades⁷¹. Sem jamais colocar em dúvida a possibilidade de existência de outra política que não seja a dos humanos, Latour esclarece que o novo regime climático, em lugar de colocar em xeque a posição central do humano, questiona sua composição, sua presença, seu destino, os interesses e a composição desse humano, que se modificam. Respalado em Latour e nos fundamentos da Ciência, *tecnologia e sociedade* (CTS) e *Actor-Network Theory* (ANT)⁷², proponho deslocar a reflexão sobre ‘cidadania e território’ para os territórios de vida.

Penso que esse deslocamento possibilita incluir muitos outros seres terrestres na reflexão sobre cidadania e território, expandindo as múltiplas fronteiras que não param de se sobrepôr umas às outras. Tudo isso sem esquecer de seguir a lógica da filosofia empirista somativa de Isabelle Stengers e Vinciane Despret – “eu sei, eu sei, mas mesmo assim ...[em lugar de] ... ou isto ou aquilo”⁷³ sobre os efeitos desses múltiplos ‘territórios de vida’ sobre entendimento de ‘cidadania e território’.

Revista Pixo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

Paulo Afonso Rheingantz: O deslocamento de ‘cidadania e território’ a partir de seu entendimento como ‘territórios de vida’ capazes de enfrentar os desafios do novo regime climático nesses tempos de pandemia e minha resposta será inspirada em outro livro recente de Bruno Latour, *Onde estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres*⁷⁴. Este livro, segundo o próprio autor, escrito como um conto filosófico, começa com uma associação entre a pergunta título, feita por um habitante urbano assustado e desanimado depois de um longo confinamento e da necessidade de uso

70 James E. Lovelock, *The Ages of Gaia: A Biography of Our Living Earth*, Nova York: Norton, 1995.

71 LATOUR, Bruno. *Onde Aterrorizar?* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

72 Termo traduzido como Teoria Ator-Rede.

73 LATOUR, Bruno. Prefácio in Vinciane Despret, *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 13.

74 LATOUR, Bruno. *Onde estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

de máscara para sair às ruas quase desertas que, ao sair uma noite e olhar para a lua cheia, pensa que nela como a única coisa que poderia olhar sem sentir um mal estar. Na sequência, recorro uma longa e bela citação que, além de explicar esse mal estar, resume meu entendimento atual sobre a questão proposta. E a quem estiver lendo, peço perdão pela desobediência ao protocolo de uma entrevista, ao incluir citações e referências. O problema, aqui, é que a tentativa de responder às questões produziu uma série de outras ‘questões de interesse’ cujas associações me conduziram para esses desvios.

Aquilo que mais o desanima – ou melhor, que o assusta – é que há pouco tempo começou a olhar para a lua – ela está cheia desde a noite de ontem – como se fosse a única coisa que ele ainda poderia contemplar sem sentir um mal-estar. O sol? Impossível apreciar seu calor sem pensar imediatamente no aquecimento global. As árvores que os ventos agitam? O medo de vê-las dessecar ou serem cortadas por uma serra o atormenta. Até mesmo pela água que cai das nuvens ele tem a desagradável impressão de se sentir responsável: “Você sabe muito bem que, em breve, a água vai faltar em toda parte!”. Alegria-se contemplando uma paisagem? Ele nem se atreve: toda essa poluição é culpa nossa; e se alguém ainda se encanta com os campos de trigos dourados, é porque se esqueceu de que as papoulas desapareceram. Ali onde os impressionistas pintavam uma profusão de belezas, o herói não vê senão o impacto da Política Agrícola Comum da União Europeia, que transformou os campos em desertos ... Definitivamente, ele só consegue se acalmar lançando seu olhar para a lua: ao menos por sua circunferência e por suas fases ele não se sente de nenhum modo responsável; esse é o único espetáculo que lhe resta. Se o brilho dela o comove tanto, é por conta de seu movimento, enfim, disso ele sabe que é inocente. O que até pouco tempo acreditávamos ser quando olhávamos para os campos, os lagos, as árvores, os rios e as montanhas, em geral, para as paisagens, sem pensar nos efeitos causados por nossos menores gestos. Isso foi antes, e não faz tanto tempo assim.

Ao acordar, começo a sentir os tormentos sofridos pelo herói de Kafka em seu romance *A metamorfose*, o qual, durante o sono, transformou-se em barata, caranguejo ou besouro. Da noite para o dia, o personagem se vê apavorado por não poder acordar como antes para ir trabalhar. Esconde-se debaixo da cama ao escutar o chamado de sua irmã, dos seus pais, e de seu chefe quando batem à porta de seu quarto, cuidadosamente trancada à chave. Ele não consegue se levantar: suas costas estão duras como couraça. Precisa aprender a disciplinar suas patas ou pinças, que se movem em todos os sentidos. Aos poucos, percebe que ninguém mais entende o que diz. Seu corpo mudou de tamanho: sente que tornou-se um “inseto monstruoso”.

Eu também sinto como se tivesse sofrido uma verdadeira metamorfose. Ainda me lembro de que, antes, podia me deslocar inocentemente carregando meu corpo comigo. Agora sinto que devo suportar nas costas, com muito esforço, um longo rastro de CO2 que me impede de pegar um avião e que constrange todos os meus movimentos, tanto que mal me atrevo a digitar em meu teclado por medo de fazer derreter uma geleira distante. Mas tudo está pior desde janeiro de 2020 porque, como se aquilo tudo não bastasse, toda hora sou lembrado de que minha boca pode emitir uma nuvem de aerossóis cujas gotículas finas transmitem vírus minúsculos que alcançam os pulmões e podem matar meus vizinhos, sufocando-os em suas camas e fazendo colapsar os serviços hospitalares. É como se agora eu tivesse, tanto à minha frente quanto atrás de mim, uma carapaça de consequências cada vez mais terríveis que preciso aprender a arrastar. Se me empenho para manter as distâncias recomendadas respirando com dificuldade por trás da máscara cirúrgica, não chego

a me arrastar muito longe, já que, assim que começo a encher meu carrinho de compras, o mal-estar aumenta: essa xícara de café arruína o solo dos trópicos; essa camiseta joga na miséria uma criança de Bangladesh; o bife malpassado que eu comia com tanto gosto emite bufadas de metano que aceleram ainda mais a crise climática. Então gemo e me contorço, apavorado com essa metamorfose. Será que vou finalmente acordar desse pesadelo e voltar a ser como antes: livre, íntegro, móvel? Um humano como antigamente, ora! (LATOURE, 2021, p.20-21).

Ficar confinado? Tudo bem, desde que seja por apenas algumas semanas, não para sempre; isso seria terrível demais. Quem gostaria de terminar como Gregor Samsa, morto dessecado em uma gaveta, para o grande alívio de seus pais?

No entanto, houve de fato uma metamorfose e não parece ser possível voltar atrás, acordando desse pesadelo. Confinados ontem, confinados amanhã. O “inseto monstruoso” deve então aprender a se mover de viés, a enfrentar seus vizinhos e seus pais (talvez a família Samsa comece, ela também, a sofrer mutações?), todos desconfortáveis com suas antenas, seus vestígios, seus rastros de vírus e gás, com suas próteses estalando, um som horrível de aletas de aço colidindo. “Mas onde estou?": em outro lugar, outro tempo, outro alguém, membro de outro povo. Como se acostumar a isso? Tateando, como sempre; que outra maneira haveria?

Kafka acertou em cheio: o devir-barata oferece um ótimo ponto de partida para nos orientarmos e analisarmos os prós e contras da situação. É verdade que, por toda parte, os insetos se veem ameaçados de extinção, mas as formigas e os cupins ainda estão por aí. Para ver aonde isso nos levará, por que não começar por suas linhas de fuga?⁷⁵

Em sua reflexão, Latour considera que habitat e habitante estão em continuidade tanto nas cidades quanto nos cupinzeiros e formigueiros, que são os exoesqueletos de seus habitantes: “definir um é definir os outros”. E segue seus argumentos, agora relacionando um habitante urbano e sua cidade com um caranguejo ermitão em sua concha:

“Então, onde estou?” Estou *na, por meio da* e, em parte, *graças* à minha concha. A prova disso é que sequer consigo levar meus mantimentos até minha casa sem o elevador que me permite fazê-lo. Seria o habitante urbano um inseto “de elevador”, como se diz que uma aranha é “de teia”? Mas, para isso, é preciso que os proprietários cuidem do funcionamento da maquinaria. Por trás do inquilino, uma prótese; por trás da prótese, proprietários e agentes de manutenção, e assim por diante. A estrutura inanimada e aqueles que a animam são uma coisa só. Um habitante urbano isolado existe tanto quanto um cupim fora do cupinzeiro, uma aranha sem sua teia, ou um indígena cuja floresta foi destruída. Um cupinzeiro sem cupim é o mesmo que um monte de lama – assim como nos pareciam os bairros de luxo quando, durante o confinamento, passávamos diante de todos aqueles prédios suntuosos sem ver quaisquer habitantes para animá-los.

Se a cidade não é exatamente estranha aos modos de ser de um urbano, o quão longe preciso ir para topar com algo que esteja realmente *fora* dela? Neste verão, na região do Vercors, no sopé do Grand Veymont, um amigo geólogo nos mostrava que o cume desse penhasco suntuoso era um imenso cemitério de corais – outra conurbação gigante, há muito abandonada por seus habitantes, cujos restos amontoados, prensados, enterrados e, depois, erguidos, erodidos e suspensos, acabaram engendrando esse belo calcário urgoniano, cuja pedra branca com cristais finos brilhava sob a lupa do meu amigo. Ele chamava esses calcários de “bioclásticos”, o que significa que foram “feitos de todos os detritos dos viventes”. Não haveria, então, nenhuma ruptura, nenhuma descontinuidade quando passo do cupinzeiro urbano, tão bioclástico, ao vale do Vercors, talhado outrora por uma geleira em meio a um cemitério de incontáveis viventes? Isso me faz sentir um pouco menos alienado. Posso ir cada vez mais longe, movendo-me como um caranguejo. Minha porta não está mais trancada à chave (LATOURE, 2021, p.20-21).

Penso que os arquitetos e urbanistas precisam passar por uma profunda metamorfose que possibilite que eles comecem a destrancar suas portas e a sair de suas conchas – da formação, das atribuições e compromissos profissionais, dos egos e vaidades e de sua cidadania, entre outras. E aqui a *Cosmopolítica Urbana* proposta por Anders Blok e Ignacio de Farias e o *Design Cosmopolítico* proposto por Albena Yaneva emergem como abordagens inspiradoras para explorar as dinâmicas das associações dos actantes que constituem os ‘territórios de vida’ do mundo comum dos *Terrestres* que habitam os múltiplos exoesqueletos, expandindo e complexificando o entendimento de que “definir um é definir os outros” terrestres, os riscos de nossas existências, inclusive as dos humanos. Parodiando Latour, uma história completamente diferente de ‘cidadania e território’ nos espera.

Revista Pixo: Nos conte sobre suas experiências pessoais e/ou acadêmicas que envolvem “cidadania e território”?

Paulo Afonso Rheingantz: Em alinhamento com a resposta à primeira pergunta e diante da reflexão do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, de que todas as nossas agências tem consequências morais e ontológicas, e que nosso mundo não é o único nem o melhor, tenho muitas dificuldades em responder a esta questão. Especialmente quando associada às políticas ontológicas de Annemarie Mol. Como nossas agências performam múltiplas realidades, é difícil respondê-la sem cair na armadilha de reduzir ou simplificar a riqueza dessa multiplicidade dinâmica. E assim retomo uma discussão originalmente proposta no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ) de 2010 na Sessão Temática Urbanidade e posteriormente registrada no livro *Urbanidades*⁷⁶ organizado por Douglas Aguiar e Vinicius Netto. Assim como a designação composta urbanidade-desurbanidade que sugeri, penso que seu quase-sinônimo cidadania e não-cidadania – neologismo que evita utilizar *rural* como antônimo mais comum a urbanidade nos dicionários, por considerá-lo descabido e preconceituoso – que a questão da cidadania também deveria ser

⁷⁵ LATOURE, Bruno. *Onde estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 11-14.

⁷⁶ AGUIAR, Douglas; NETO, Vinicius (Orgs.); HOLANDA, Frederico de; ANDRADE, Luciana; KRAFTA, Romulo; TRIGUEIRO, Marcele; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; FIGUEIREDO, Lucas; *Urbanidades*. Rio de Janeiro, RJ, FAPERJ, Folio Digital, 2012.

sempre uma designação composta das duas palavras cidadania-nãocidadania reunidas por um hífen que sinaliza a existência de uma tensão dinâmica e variável entre os dois opostos, embora sempre fique a incerteza de que ela seja a forma mais adequada para lidar textualmente com a heterogeneidade dinâmica e instável do conjunto de relações capazes de acolher diferentes performances e suas correspondentes e também múltiplas traduções. Sem esquecer que o verbo traduzir implica em transformação e na possibilidade de equivalência de que uma coisa ou relato possa representar outra, o que nos obriga a admitir que nossas traduções são empíricas, locais e variáveis; que não existem traduções ‘certas’, ‘erradas’ ou indiscutíveis. Assim, estou convicto de que a leitura dos relatos sobre algumas de minhas experiências com ‘cidadania-nãocidadania’ só faça sentido se os interiores-exteriores de seus territórios e fronteiras forem diluídos, relativizados ou associados com outras versões. E o mesmo acontece com ‘Território’ com T maiúsculo para não ser confundido com o velho solo terrestre ou com o planeta. Mas penso que também é conveniente seguir o alerta do geógrafo Marcelo Lopes de Souza⁷⁷ de que, em sua essência, ‘território’ é um instrumento de exercício de poder materializado espacialmente sem deixar de contemplar os aspectos culturais e econômicos, rotineiramente coisificados pelos autores clássicos como ‘espaço geográfico’. Mas em se tratando de sua essência nos termos propostos por Souza, sua grafia não deveria reunir dois substantivos, mas sim dois verbos, uma vez que poder é uma agência que não existe em si mesma. Essa substituição de substantivos por verbos me remete ao incômodo que sinto ao ouvir a palavra ‘identidade’, tão apreciada e utilizada pelos arquitetos seja em trabalhos acadêmicos ou profissionais. E inevitavelmente lembro dos argumentos de Zygmunt Bauman⁷⁸ sobre a tendência de ‘fixar’, ‘identificar’ e ‘ancorar’ nossos heróis populares ou acadêmicos em uma época em que eles deveriam estar livremente flutuantes e desimpedidos nessa época líquido-moderna. Argumenta que a ideia de ‘identidade’ nasceu em resposta à crise de pertencimento e do esforço para transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ para recriar a realidade à semelhança da ideia como representação de instituições como Família, Estado e Igreja. Argumenta que a urgência para retirar as âncoras sociais que sugeriam um modo ‘natural’ predeterminado e inesgotável implica em substituir ‘identidade’ por ‘identificação’. E cita sua condição de judeu polonês impedido de permanecer na Polônia, que escolheu – e foi por ela acolhido – a Grã-Bretanha para residir e lecionar. Privado oficialmente de sua cidadania polonesa e sendo um estranho refugiado em um país estrangeiro que, depois de algum tempo, naturalizou-se britânico, mesmo tendo seu banimento revogado e celebrado, sua identidade permanecia a de um judeu polonês, mas seu sentimento de pertencimento ou ‘identificação’ era de um cidadão britânico.

Diante dos desafios diante do novo regime climático, penso que na condição de Terrestres compartilhando e negociando nossos territórios de vida comum com muitos outros seres terrestres, expandindo as fronteiras e complexificando as consequências de nossas múltiplas agências, que não param de se sobrepor umas às outras, penso que questão das minhas experiências pessoais e as acadêmicas envolvendo ‘cidadania e território’ deva permanecer em aberto, se possível seguindo a já mencionada lógica da filosofia empirista somativa de Isabelle Stengers⁷⁹ e Vinciane Despret⁸⁰: “eu sei, eu sei, mas mesmo assim ...[em lugar de] ... ou isto ou aquilo”.

77 SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

78 BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

79 Filósofa e historiadora belga notável por sua contribuição na filosofia da ciência.

80 Filósofa belga da ciência, professora associada da Universidade de Liège, na Bélgica.

Mas para não desapontar a equipe de editoria nem que está tentando ler essas linhas, talvez exista um caminho possível, indicado por Eduardo Viveiros de Castro⁸¹ e por Bruno Latour⁸²: aprender com os índios que, mesmo diante do término de seu mundo em 1492, seguem sobrevivendo em um mundo que não é mais o deles. O mesmo vale para a extensão da sugestão proposta por Bruno Latour, de que precisamos aprender com os povos colonizados a enfrentar a fuga adiante exigida pela modernização a que tem sido implacavelmente submetidos e resistir, querer permanecer em um solo, cuidar da terra, criar vínculos com esses lugares.

Revista Píxo: Destacaria algum projeto/ação que no seu entendimento apresenta avanços ao tratar da temática “cidadania e território”?

Paulo Afonso Rheingantz: Penso que minha atual pesquisa, que foi delineada antes da leitura de *Onde Aterrorizar?* e de *Onde Estou?* Para avaliar os seus efeitos sobre o entendimento aqui apresentado terá de fazer os ajustes e redirecionamentos na medida em que eles forem surgindo. Diante das associações e agências que se produzem nas contínuas associações envolvendo os terrestres em meio a outros terrestres e seus terrenos de vida e de ontologias exploratórias alternativas dos movimentos que se produzem em suas contínuas associações. Esses ajustes podem contribuir para a tão sonhada metamorfose dos arquitetos e urbanistas em sua luta para enfrentar o novo regime climático.

A exemplo de Debora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, precisamos aprender a nos situar em um ambiente de mudanças acelerado, que torna o futuro cada vez mais imprevisível, na medida em que os humanos continuarem a agir do mesmo modo dominante nos últimos 300 anos de dominação e influência dos modernos. E para que essa metamorfose seja possível, seria prudente se nós humanos começássemos a aprender a conhecer e incorporar outras cosmologias, como as dos povos originais de todos os continentes, bem como de outras concepções de ‘terrenos de vida’.

A começar pelas ideias de Ailton Krenak para adiar o fim do mundo – cuja etimologia reúne as partículas *kre*, que significa cabeça e *nak*, que significa terra – líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor da etnia crenaque e sua crítica contundente à crença euroamericana na existência de uma humanidade esclarecida que deveria encontrar e trazer para a luz uma outra humanidade obscurecida – dos povos originais. Ele também questiona por que seguimos insistindo tanto em participar dessa espécie de ‘clubes da humanidade’, que se contenta em limitar nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade. Reconhece e afirma o entendimento de muitos povos originais de que a terra é um organismo do qual somos parte, chamado natureza; que tudo é natureza – uma evidência da origem da hipótese Gaia de Lovelock. Ele também observa com preocupação que, quando nós humanos despersonalizamos um rio ou montanha, entendendo que estes são atributos exclusivos dos humanos, estamos liberando esses lugares para que se tornem meros resíduos da atividade industrial, enquanto caminhamos para viver em ambientes artificiais produzidos pelas corporações que exploram e devoram as florestas, montanhas e rios ... ou em sua clara crítica aos arquitetos e urbanistas: se formos a Tóquio, Berlim, Nova York, Lisboa ou São Paulo, veremos o mesmo entusiasmo para construir torres incríveis que, com suas espirais e elevadores se parecem mais com uma história ou viagem com Flash Gordon. Ou seu desapego com a ideia de nós humanos nos descolarmos da terra, e de nosso desconforto com a organicidade dos núcleos que ficaram meio esquecidos

81 Antropólogo brasileiro, professor de Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

82 Antropólogo, sociólogo e filósofo francês da ciência. Professor do Institut d'Etudes Politiques de Paris. Página inicial. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/index-2.html>>. Acesso em: 23/06/2022.

nas bordas do planeta, nas margens dos rios ou nas beiras dos oceanos e teimam em seguir agarrados à terra, que aparentemente querem comê-la, deitar-se, manar ou deixar-se envolver por ela. Segundo Krenak, quando despersonalizamos o rio ou a montanha e os despimos de seus sentidos, entendendo que eles são atributos exclusivos dos humanos, liberamos esses lugares para que se tornem meros resíduos da atividade industrial.

Outros questionamentos importantes, são propostos pelo pagé yanomani Davi Kopenawa sobre como é possível seguirem existindo grupos de habitantes de uma espécie de fim de mundo, que ainda sejam capazes de habitar uma cosmovisão, um lugar que compartilham de um modo tão especial com os espíritos da floresta e com todos os demais seres terrestres, onde tudo ganha um sentido, onde todos eles têm seus interesses específicos ao mesmo tempo em que são portadores de alguma possibilidade de existência. Povos que não pensam o espaço como um lugar confinado, mas sim como um cosmos do qual todos podem despencar em seus paraquedas coloridos.

Outra boa maneira de pensar sobre os avanços sobre a reflexão sobre 'cidadania e território' é não esquecer da pergunta lançada por Ailton Krenak sobre a humanidade que queremos ser: "qual é o mundo que vocês estão agora empacotando para deixar às gerações futuras?"

Em *Morte na Floresta*, a antropóloga Aparecida Vilaça⁸³ nos brinda com mais uma contribuição das cosmologias indígenas, ao explicar que nelas os mitos não ficam nas lembranças, uma vez que eles se atualizam continuamente no presente por meio dos acontecimentos cotidianos: "o mundo mítico não é passado, mas uma esfera do presente, que vez por outra se manifesta".

Revista Pixo: Indicaria alguém para ser entrevistado sobre a temática "cidadania e território"?

Paulo Afonso Rheingantz: Indico a geógrafa Rita de Cássia Montezuma, professora e pesquisadora da UFF⁸⁴, minhas colegas arquitetas e professoras do Proarq⁸⁵, Vera Tângari – líder do Grupo Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL-RJ)⁸⁶ – e Giselle Azevedo, professora, líder do Grupo Ambiente-educação (GAE)⁸⁷ – e parceiras do ProLUGAR⁸⁸; o arquiteto e doutor em geografia Alex Lamounier, professor da UFF⁸⁹ e pesquisador do SEL-RJ⁹⁰.

83 Aparecida Vilaça. *Morte na Floresta*. Rio de Janeiro: Todavia, 2020. [eBook Kindle]

84 Universidade Federal Fluminense, site: <<https://www.uff.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

85 Programa de Pós Graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.proarq.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/05/2022.

86 Site do grupo disponível em: <<http://www.gruposelrj.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

87 Site do grupo disponível em: <<http://www2.gae.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

88 Site do grupo disponível em: <<https://prolugar.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

89 Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://www.uff.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.

90 Sistemas de Espaços livres no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.gruposelrj.fau.ufrj.br/>>. Acesso em: 23/06/2022.